



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 3 - Políticas, gestão e avaliação Pós-LDBEN

## **O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CERQUILHO/SP: QUALIDADE, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS**

Viviane da Silva Silveira – UFSCar/Sorocaba\*  
Aimê Heloína C. da Silva Santos – UFSCar/Sorocaba\*\*

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a percepção dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Cerquilha/SP, quanto a qualidade, gestão democrática e participação na atuação deste conselho gestor. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas a 4 respondentes, sendo 02 membros titulares e 02 suplentes. As entrevistas intercorreram individualmente de modo virtual, via plataforma “Google Meet”, agendadas conforme a disponibilidade dos entrevistados. Todas as entrevistas foram autorizadas a gravação em áudio e em seguida foram transcritas e tabuladas. Na percepção dos conselheiros avançou-se consideravelmente em relação aos processos democráticos no interior do CME, contudo compreende-se que ainda demanda mais esforços e encaminhamentos.

**Palavras-chave:** Conselho Municipal de Educação. Gestão democrática. Qualidade. Participação. Cerquilha/SP.

### **Introdução**

Objetivou-se analisar a percepção dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Cerquilha/SP (CME), em referência à concepção de qualidade, gestão democrática e participação, no âmbito das atribuições desse órgão colegiado e os principais instrumentos e estratégias utilizados para a sua consecução. O CME de Cerquilha é composto por 9 (nove) membros, que representam variados segmentos entre profissionais da educação, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), de representantes das entidades sociais e da sociedade civil. Participaram efetivamente da pesquisa um universo de 4 (quatro) conselheiros.

O roteiro semiestruturado utilizado na entrevista compreende 20 questões, organizadas em quatro eixos, sendo estas a estruturação das respectivas seções, a saber: 1-O Conselho Municipal de Educação e a qualidade socialmente referenciada, com

\*Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE -Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento e Gestão da Educação e Diretora de Escola da Rede Municipal de Ensino de Salto de Pirapora.

\*\*Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), campus Engenheiro Coelho, membro do GEPLAGE -Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento e Gestão da Educação e Professora de Ensino Fundamental I da Rede Municipal de São Paulo.



foco nas questões de 1 a 5 da entrevista; 2-A gestão democrática e a participação no Conselho Municipal de Educação, com ênfase nas questões de 6 a 10 da entrevista; 3-O Conselho Municipal de Educação e os instrumentos de gestão democrática, com ênfase nas questões de 11 a 15; 4-O Conselho Municipal de Educação e as estratégias de gestão democrática, com foco nas questões de 15 a 20 da entrevista. As mesmas são apresentadas a seguir, conforme devolutiva dos respondentes.

### **Materiais e métodos**

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os critérios estabelecidos para seleção dos respondentes, são compreendidos a seguir: a) Conselheiros que se disponibilizaram em conceder a entrevista durante a apresentação da pesquisa em reunião ordinária do CME; b) Conselheiros que agendaram dia e horário que melhor atendessem suas necessidades para a realização da entrevista; c) Conselheiros que reunissem as solicitações em conjunto dos itens a e b.

A “Carta de Apresentação”, o TCLE e o “Roteiro de Caracterização do Respondente” foram encaminhados aos conselheiros via WhatsApp, que na sequência assinaram e reenviaram às pesquisadoras. As entrevistas tiveram a duração média de 50 (cinquenta) minutos, e observou-se que os respondentes se mostraram à vontade, muitos receptivos e tranquilos em suas respostas, sem demonstrar nenhum tipo de constrangimento, medo ou insegurança.

O “Roteiro de Caracterização do Respondente” possibilitou a melhor compreensão dos respondentes em termos profissionais e acadêmicos, entre outras informações pertinentes. A coleta de dados do referido formulário mostrou que todos possuem formação em nível superior, sendo que dos 4 (quatro) entrevistados, 3 (três) têm especialização lato sensu e 1 (uma) das respondentes possui mestrado. Nota-se que em relação aos segmentos representados, 3 (três) dos conselheiros integram o quadro dos profissionais da educação e 1 (um) é membro representante da sociedade civil.

### **Discussão dos resultados**

Conforme roteiro semiestruturado de entrevistas, corresponde às questões de 1 a 5, quanto à compreensão, e quanto à noção de qualidade e qualidade social da educação do município de Cerquillo/SP, na percepção dos conselheiros. Para Werle, Sheffer e Moreira “O direito à educação é necessariamente o direito à educação de qualidade, a qual envolve conhecimentos básicos para a interpretação do mundo” (2012, p. 29). Analisando a fala dos respondentes observou-se que não há uma definição única quanto qualidade e qualidade social, todavia quando questionados em relação a temática, constatou-se que os



conselheiros fizeram uma articulação entre as metas do Plano Municipal de Educação de Cerquilha (PME) (CERQUILHO, 2015), a fala do respondente 03 é um exemplo disso: “Quando eu penso em qualidade, qualidade social, educação, eu não tenho como descartar as metas estabelecidas dentro do próprio plano municipal de educação.”

Corresponde às questões de 6 a 10 do roteiro semiestruturado, que constituiu a análise dos discursos dos respondentes no que concerne às práticas participativas e democráticas, mediante as deliberações e encaminhamentos do CME de Cerquilha. Segundo Teixeira “[...] a constituição de conselhos tem sido percebida como a abertura de espaços públicos, de participação da sociedade civil, caracterizando a ampliação do processo de democratização da sociedade” (2004, p. 692 e 693). Quando questionados em referência à participação no âmbito do CME, sendo este um princípio imprescindível à gestão democrática, na fala de todos os respondentes, existe no momento um ambiente favorável que possibilita essa abertura. A respondente 01 expressa essa realidade: “[...] isso é uma das grandes qualidades desse conselho: todos participam.” A fala do respondente 03 representa essa afirmação: “Então, hoje, todos têm voz e vez. Então, desde o representante do funcionário, que é a merendeira, certo, até o presidente do conselho, né, que é o que é membro do sindicato, todos eles têm a mesma voz [...]”.

No tocante as perguntas de 11 a 20, em específico, será tratado o tema instrumentos de gestão democrática, no contexto do Conselho Municipal de Educação. Teixeira (2004, p. 692) lembra que os “conselhos são, em sentido geral, órgãos coletivos de tomada de decisões, agrupamentos de pessoas que deliberam sobre algum negócio”.

Sobre as propositivas para alcançar uma participação mais ampla da comunidade no CME, há harmonia nas respostas dos conselheiros entrevistados. A aproximação com a população, os atores educacionais, bem como a publicização das ações do conselho, por meio de mídias sociais, são alguns das ações citadas. Outra indicação propositiva do CME para gestão democrática, pela visão dos entrevistados, é a formulação de um fórum municipal. De acordo com o respondente 02, “com ampla divulgação, com participação da sociedade, do conselho, dos professores, da secretaria, a gente teria essa participação mais efetiva para garantir a qualidade” socialmente referenciada.

Ao expor a ação da criação do fórum municipal como direção para a democratização da gestão pública, o CME mostra estar a par de discussões importantes dos processos de desenvolvimento dos órgãos participativos da sociedade.

## Considerações finais

Este estudo refere-se à Etapa 3 de um projeto mais amplo, intitulado Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos. Esta pesquisa é vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação –GEPLAGE -sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Campus Sorocaba).

A partir das entrevistas com os conselheiros do CME do município de Cerquillo, pode-se afirmar que os representantes têm perspectivas semelhantes no que diz respeito à função do órgão. Os entrevistados consideram a gestão democrática, ainda que reconheçam as falhas do conselho, como a aproximação com a comunidade e a falta de publicização das ações realizadas. Deve-se lembrar que “a realização do ideal democrático não pode estar associada”, apenas, “a uma modalidade particular de inclusão dos cidadãos no processo decisório” (ARRETCHE, 1996, p. 47), porém, sem ela, tal ideal não pode se concretizar. Sem a participação ampla da comunidade no levantamento dos problemas, na reflexão das possíveis soluções e no debate com pluralidade de ideias, o campo educacional pouco avançará nas mudanças realmente necessárias.

## Referências

- ALMENARA, G. R. V.; LIMA, P. G. A qualidade socialmente referenciada e a gestão democrática. *Ensaios Pedagógicos (Sorocaba)*, v. 1, n. 1, p. 39-46, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/5>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- ARRETCHE, M. T. S. Mitos da Descentralização: mais Democracia e eficiência das políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 31, p. 44-46, 1996. Disponível em: [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs31\\_03.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs31_03.pdf). Acesso em: 09 jul. 2021.
- AZEVEDO, J. M. L. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. *RBP AE* –v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/26412/15404>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- BORDIGNON, G. *Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- CERQUILHO. Lei Municipal nº 2.122, de 15 de abril de 1998. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação e dá providências correlatas. (Redação dada pela Lei Municipal nº 2.714, de 2006). Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquillo-SP/LeisOrdinarias/2122>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- CERQUILHO. Lei nº 3.158, de 17 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025. Disponível em: <https://www.educacao.cerquillo.sp.gov.br/pme2015/pme2015.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.



CURY, C.R.J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBPAE -v.23, nº 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/download/19144/11145>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ENTREVISTAS. Roteiro semiestruturado de questões. Aplicado aos conselheiros municipais de educação de Cerquillo/SP no ano de 2021. Não disponível on-line.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 14, p. 27-38, 2006. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYdfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2021.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e sociedade, v. 13, p. 20-31, 2004. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dGnqs6Q5RZbKgTnN54RRBNG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2021.

LIMA, P. G.; ALMENARA, G. V. R.; SANTOS, J. M. O. Conselhos municipais de educação: participação, qualidade e gestão democrática como objeto de recorrência. Revista Diálogo Educacional, [S.l.], v. 18, n. 57, jun. 2018. Disponível em:  
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/23933/22808>. Acesso em: 17 jul. 2021.

MONLEVADE, J. A. A importância do conselho municipal de educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução do plano municipal de educação. In.: CURY, C. R. J (Org.). Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho: caderno de referência. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 32-43, 2004. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro\\_cons/caderno\\_referencia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/caderno_referencia.pdf). Acesso em: 17 jul. 2021.

SILVA, M. A. C. Conselho Municipal de Educação de Uberlândia-MG: possibilidades na democratização da educação Municipal (2009-2012). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em:  
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13921/1/ConselhoMunicipalEducacao.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

TEIXEIRA, Lucia Helena G. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. Cadernos de Pesquisa, v. 34, p. 691-708, 2004. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cp/a/zMkbr6WtMdPf86zyXBKCFMK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2021.

TEIXEIRA, Lucia Helena G. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. Cadernos de Pesquisa, v. 34, p. 691-708, 2004. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cp/a/zMkbr6WtMdPf86zyXBKCFMK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2021.